



AVALIAÇÃO UNIFICADA

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Término da prova: **21h**
- Tempo mínimo para entrega da prova: 40 min.

CURSO/PERÍODO

DIREITO - 6º PERÍODO - DATA: 23/09/2024

GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D
29	A	B	C	D
30	A	B	C	D

**O aprendizado é uma viagem sem fim.
Aproveite cada passo no caminho.**

Boa Prova!

Disciplina: Direito Processual Civil III
Professor: Roberta Favalessa Donini

Questão 01

Diego propôs, em face de Adriano, uma ação que tem por objeto a revisão de obrigação decorrente de um empréstimo por ele realizado. Na petição inicial, Diego deixou de discriminar, dentre as obrigações contratuais, aquelas que pretendia controverter, assim como deixou de quantificar o valor incontroverso do débito.

Diante da situação hipotética apresentada, é correto afirmar que o juiz

- A) mandará citar Adriano para que ele apresente contestação.
- B) determinará, indicando com precisão, que Diego emende a inicial no prazo de quinze dias.
- C) indeferirá, de pronto, a petição inicial.
- D) julgará liminarmente improcedente o pedido.

Questão 02

De acordo com o Código de Processo Civil, o juiz julgará liminarmente improcedente o pedido que

- A) não contrariar entendimento firmado em incidente de assunção de competência, porém somente nas causas que dispensem a fase instrutória.
- B) tiver sido formulado por parte legítima, ou quando constatar a manifesta ausência de interesse de agir.
- C) contrariar enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.
- D) estiver amparado em fatos cuja demonstração reputar impossível ou consideravelmente improvável, à vista das regras de experiência comum subministradas pela observação do que ordinariamente acontece.

Questão 03

Considere que um ente público, após ajuizar ação judicial pelo procedimento comum, tenha a intenção de aditar a petição inicial para ampliar um pedido já apresentado. Nessa situação, independentemente do consentimento da parte contrária, o aditamento do pedido pode ser feito até

- A) o último ato de instrução processual.
- B) a citação do réu.
- C) o saneamento do processo.
- D) a efetiva apresentação da contestação.

Questão 04

Em um processo civil, uma das partes apresentou uma petição inicial com diversas falhas e imprecisões, tornando difícil entender as alegações e os pedidos. O juiz, ao receber a petição, notou esses problemas e decidiu não receber a inicial. O termo técnico utilizado para a decisão do juiz de não receber a petição inicial devido a falhas formais é

- A) extinção do processo sem resolução de mérito.
- B) julgamento antecipado da lide.
- C) redesignação da audiência de instrução e julgamento.
- D) intimação do autor para emendar a inicial, no prazo de 15 dias úteis.

Questão 05

A revelia não produz o efeito de presunção de veracidade das alegações de fato formuladas pelo autor nos seguintes casos, EXCETO:

- A) Quando o litígio versar sobre direitos indisponíveis.
- B) Se a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato.
- C) Havendo pluralidade de réus em litisconsórcio necessário, algum deles contestar a ação.
- D) Quando a defesa apresentada de forma intempestiva permanece entranhada aos autos.

Disciplina: Direito dos Contratos II

Professor: Leonardo Luiz Ferreira

Questão 06

Em 05 de dezembro de 2016, Sérgio, mediante contrato de compra e venda, adquiriu de Fernando um computador seminovo (ano 2014) da marca Massa pelo valor de R\$ 5.000,00. O pagamento foi integralizado à vista, no mesmo dia, e foi previsto no contrato que o bem seria entregue em até um mês, devendo Fernando contatar Sérgio, por telefone, para que este buscasse o computador em sua casa. No contrato, também foi prevista multa de R\$ 500,00 caso o bem não fosse entregue no prazo combinado.

Em 06 de janeiro de 2017, Sérgio, muito ansioso, ligou para Fernando perguntando pelo computador, mas teve como resposta que o atraso na entrega se deu porque a irmã de Fernando, Ana, que iria trazer um computador novo para ele do exterior, tinha perdido o voo e só chegaria após uma semana. Por tal razão, Fernando ainda dependia do computador antigo para trabalhar e não poderia entregá-lo de imediato a Sérgio. Acerca dos fatos narrados, assinale a afirmativa correta.

- a) Sérgio poderá exigir de Fernando a execução específica da obrigação (entrega do bem) ou a cláusula penal de R\$ 500,00, não podendo ser cumulada a multa com a obrigação principal.
- b) Sérgio poderá exigir de Fernando a execução específica da obrigação (entrega do bem) simultaneamente à multa de R\$ 500,00, tendo em vista ser cláusula penal moratória.
- c) Sérgio somente poderá exigir de Fernando a execução específica da obrigação (entrega do bem), não a multa, pois o atraso foi por culpa de terceiro (Ana), e não de Fernando.
- d) Sérgio somente poderá exigir de Fernando a cláusula penal de R\$ 500,00, não a execução específica da obrigação (entrega do bem), que depende de terceiro (Ana).

Questão 07

Vilmar, produtor rural, possui contratos de compra e venda de safra com diversos pequenos proprietários. Com o intuito de adquirir novos insumos, Vilmar procurou Geraldo, no intuito de adquirir sua safra, cuja expectativa de colheita era de cinco toneladas de milho, que, naquele momento, estava sendo plantado em sua fazenda. Como era a primeira vez que Geraldo contratava com Vilmar, ele ficou em dúvida quanto à estipulação do preço do contrato.

Considerando a natureza aleatória do contrato, bem como a dúvida das partes a respeito da estipulação do preço deste, assinale a afirmativa correta.

- a) A estipulação do preço do contrato entre Vilmar e Geraldo pode ser deixada ao arbítrio exclusivo de uma das partes.
- b) Se Vilmar contratar com Geraldo a compra da colheita de milho, mas, por conta de uma praga inesperada, para cujo evento o agricultor não tiver concorrido com culpa, e este não conseguir colher nenhuma espiga, Vilmar não deverá lhe pagar nada, pois não recebeu o objeto contratado.
- c) Se Vilmar contratar com Geraldo a compra das cinco toneladas de milho, tendo sido plantado o exato número de sementes para cumprir tal quantidade, e se, apesar disso, somente forem colhidas três

toneladas de milho, em virtude das poucas chuvas, Geraldo não receberá o valor total, em virtude da entrega em menor quantidade.

d) A estipulação do preço do contrato entre Vilmar e Geraldo poderá ser deixada ao arbítrio de terceiro, que, desde logo, prometerem designar.

Questão 08

Antônio, divorciado, proprietário de três imóveis devidamente registrados no RGI, de valores de mercado semelhantes, decidiu transferir onerosamente um de seus bens ao seu filho mais velho, Bruno, que mostrou interesse na aquisição por valor próximo ao de mercado.

No entanto, ao consultar seus dois outros filhos (irmãos do pretendente comprador), um deles, Carlos, opôs-se à venda. Diante disso, bastante chateado com a atitude de Carlos, seu filho que não concordou com a compra e venda do imóvel, decidiu realizar uma doação a favor de Bruno.

Em face do exposto, assinale a afirmativa correta:

- a) A compra e venda de ascendente para descendente só pode ser impedida pelos demais descendentes e pelo cônjuge, se a oposição for unânime.
- b) Não há, na ordem civil, qualquer impedimento à realização de contrato de compra e venda de pai para filho, motivo pelo qual a oposição feita por Carlos não poderia gerar a anulação do negócio.
- c) Antônio não poderia, como reação à legítima oposição de Carlos, promover a doação do bem para um de seus filhos (Bruno), sendo tal contrato nulo de pleno direito.
- d) É legítima a doação de ascendentes para descendente, independentemente da anuência dos demais, eis que o ato importa antecipação do que lhe cabe na herança.

Questão 09

Caio, locador, celebrou com Marcos, locatário, contrato de locação predial urbana pelo período de 30 meses, sendo o instrumento averbado junto à matrícula do imóvel no RGI. Contudo, após seis meses do início da vigência do contrato, Caio resolveu se mudar para Portugal e colocou o bem à venda, anunciando-o no jornal pelo valor de R\$ 500.000,00. Marcos tomou conhecimento do fato pelo anúncio e entrou em contato por telefone com Caio, afirmando estar interessado na aquisição do bem e que estaria disposto a pagar o preço anunciado. Caio, porém, disse que a venda do bem imóvel já tinha sido realizada pelo mesmo preço a Alexandre. Além disso, o adquirente do bem, Alexandre, iria denunciar o contrato de locação e Marcos teria que desocupar o imóvel em 90 dias.

Acerca dos fatos narrados, assinale a afirmativa correta.

- a) Marcos, tendo sido preterido na alienação do bem, poderá depositar o preço pago e as demais despesas do ato e haver para si a propriedade do imóvel.
- b) Marcos não tem direito de preferência na aquisição do imóvel, pois a locação é por prazo determinado.
- c) Marcos somente poderia exercer direito de preferência na aquisição do imóvel se fizesse oferta superior à de Alexandre
- d) Marcos, tendo sido preterido na alienação do bem, poderá reclamar de Alexandre, adquirente, perdas e danos, e poderá permanecer no imóvel durante toda a vigência do contrato, mesmo se Alexandre denunciar o contrato de locação.

Questão 10

O vendedor de coisa imóvel pode reservar-se o direito de recobrá-la no prazo máximo de decadência de três anos, restituindo o preço recebido e reembolsando as despesas do comprador, inclusive as que, durante o período de resgate, se efetuaram com a sua autorização escrita, ou para a realização de benfeitorias necessárias. O dispositivo transcrito acima refere-se a qual instituto do direito civil?

- a) Retrovenda.
- b) Venda a contento.
- c) Venda com reserva de domínio.
- d) Venda sobre documentos.

Disciplina: Direito Penal – Parte Especial IV
Professor: André de Paula Viana

Questão 11

Talles, desempregado, decide utilizar seu conhecimento de engenharia para fabricar máquina destinada à falsificação de moedas. Ao mesmo tempo, pega uma moeda falsa de R\$ 3,00 (três reais) e, com um colega também envolvido com falsificações, tenta colocá-la em livre circulação, para provar o sucesso da empreitada.

Ocorre que aquele que recebe a moeda percebe a falsidade rapidamente, em razão do valor suspeito, e decide chamar a Polícia, que apreende a moeda e o maquinário já fabricado. Talles é indiciado pela prática de crimes e, já na Delegacia, liga para você, na condição de advogado(a), para esclarecimentos sobre a tipicidade de sua conduta.

Considerando as informações narradas, em conversa sigilosa com seu cliente, você deverá esclarecer que a conduta de Talles configura

- a) atos preparatórios, sem a prática de qualquer delito.
- b) crimes de moeda falsa e de petrechos para falsificação de moeda.
- c) crime de petrechos para falsificação de moeda, apenas.
- d) crime de moeda falsa, apenas, em sua modalidade tentada.

Questão 12

Klaus, no dia 01/06/2020, após sair da casa da sua namorada, foi parado em uma blitz da lei seca. Ao solicitar a carteira de habilitação de Klaus, o policial militar suspeitou da veracidade do documento apresentado. Procedeu então à verificação na base de dados do DETRAN e confirmou a suspeita, não encontrando o número de registro que constava na CNH, embora as demais informações (nome e CPF), a respeito de Klaus, estivessem corretas.

Questionado pelo policial, Klaus confessou que havia adquirido o documento com Moisés, seu vizinho, que atuava como despachante, tendo pago R\$ 5.000,00 pelo documento. Afirmou ainda que sequer havia feito prova no DETRAN. Acrescente-se que, durante a instrução criminal, ficou comprovado que, de fato, Klaus obteve o documento de Moisés, sendo este o autor da contrafação. Além disso, foi verificado por meio de perícia judicial que, no estado em que se encontra o documento, e em face de sua aparência, pode iludir terceiros como se documento idôneo fosse. Diante do caso hipotético apresentado, pode-se afirmar que a conduta de Klaus se amolda ao crime de:

- a) falsificação de documento particular, previsto no caput do art. 298 do Código Penal.
- b) falsificação de documento público, previsto no caput do art. 297 do Código Penal.
- c) falsidade ideológica, previsto no caput art. 299 do Código Penal.
- d) uso de documento falso, previsto no art. 304 do Código Penal.

Questão 13

Em uma determina ação judicial, no decorrer da instrução, foi provada a falsificação da escrituração de um dos livros comerciais da sociedade EsantosServiços Ltda., em razão do famoso e já conhecido “caixa dois”. A sentença proferida condenou pelo crime apenas o sócio com poderes de gerência.

Diante do caso hipotético apresentado, assinale a alternativa correta.

- a) Sendo o diário e o livro de registro de atas de assembleia livrosbrigatórios da sociedade citada, a

referida falsificação pode ter ocorrido em qualquer um deles.

- b) O nome do condenado não pode ser excluído da firma social, que deve conter o nome de todos os sócios, seguido da palavra “limitada”.
- c) Em decorrência da condenação criminal, o sócio-gerente deverá ser excluído definitivamente da sociedade.
- d) Na situação, configura-se crime de falsificação de documento público.

Questão 14

Ana, funcionária pública de um órgão do governo, precisava de 3 dias de folga para cuidar de sua mãe, que estava internada em outro estado. Sabendo que seu chefe era rigoroso com faltas, Ana procurou o médico Dr. Carlos, que, por amizade, lhe forneceu um atestado médico falso, atestando que ela estava com uma virose que a impossibilitava de trabalhar por 3 dias. Ana apresentou o atestado ao seu chefe e obteve a folga desejada. Posteriormente, a fraude foi descoberta e Ana e Dr. Carlos foram denunciados pelo Ministério Público.

Com base no caso apresentado, assinale a alternativa correta:

- a) Ana e Dr. Carlos devem ser condenados pelo crime de falsidade ideológica, pois ambos agiram com o intuito de enganar a administração pública.
- b) Ana deve ser condenada pelo crime de falsidade ideológica, mas Dr. Carlos deve ser absolvido, pois apenas emitiu um atestado médico, não tendo intenção de prejudicar a administração pública.
- c) Ana e Dr. Carlos devem ser condenados pelo crime de uso de documento falso, pois ambos utilizaram o atestado falso para obter vantagem ilícita.
- d) Ana deve ser absolvida, pois, apesar de ter apresentado o atestado falso, não agiu com dolo, apenas buscava cuidar de sua mãe. Dr. Carlos deve ser condenado pelo crime de falsidade ideológica.

Disciplina: Direito Processual Penal I Professor: André de Paula Viana

Questão 15

Com base nas disposições constitucionais referentes ao processo penal, assinale a opção correta.

- a) São imprescritíveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os crimes definidos como hediondos.
- b) São princípios constitucionais do tribunal do júri a plenitude de defesa, a publicidade das votações, a soberania dos veredictos e a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.
- c) Às presidiárias que sejam mães de recém-nascidos serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação, salvo as condenadas por crimes praticados com violência.
- d) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

Questão 16

De acordo com o disposto no Código de Processo Penal (CPP), a lei processual penal

- a) admite interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais do direito.
- b) não admite interpretação extensiva, mas permite a suplementação pelos princípios gerais do direito.
- c) admite interpretação extensiva, mas não o suplemento dos princípios gerais do direito.
- d) não admite a aplicação analógica, mas permite a suplementação pelos princípios gerais do direito e a interpretação extensiva.

Questão 17

Com base nas disposições do Código de Processo Penal, preencha corretamente as lacunas a seguir: “A lei processual penal admitirá interpretação _____ e aplicação _____, bem como o suplemento dos _____.”:

- a) literal; analógica; tratados internacionais.
- b) extensiva; de ofício; bons costumes.
- c) restritiva; analógica; princípios gerais de direito.
- d) extensiva; analógica; princípios gerais de direito.

Questão 18

É correto afirmar que o Direito Processual Penal possui como uma de suas fontes formais mediatas

- a) a lei.
- b) a Constituição Federal.
- c) os costumes.
- d) a analogia.

Questão 19

O Título I do Livro I do Código de Processo Penal estabelece as disposições preliminares da referida lei processual. Nesse sentido, de acordo com as disposições legais, assinale a alternativa correta relativamente ao tema.

- a) O Código de Processo Penal será aplicado a todo e qualquer crime cometido em território nacional, prevalecendo, inclusive, sobre tratados e convenções.
- b) A lei processual penal será aplicada desde logo, determinando-se o refazimento dos atos praticados sob a égide de lei revogada enquanto não houver sentença.
- c) A lei processual penal não admite interpretação extensiva nem aplicação analógica.
- d) O processo penal terá estrutura acusatória, vedadas a iniciativa do juiz na fase de investigação e a substituição da atuação probatória do órgão da acusação.

Disciplina: Direito Financeiro

Professor: Mário César Martins de Miranda

Questão 20

Para a correta compreensão do direito financeiro, é necessário entender quatro conceitos fundamentais que compõem a atividade financeira estatal: a receita, a despesa, o orçamento e o crédito público. Com relação a esses conceitos, assinale a alternativa correta:

- a) A receita pública é todo ingresso nos cofres públicos, sendo considerada como receita efetiva qualquer valor que, uma vez arrecadado, não gera uma obrigação correspondente de devolução futura.
- b) A despesa pública é o montante que o Estado se compromete a arrecadar em um exercício financeiro para garantir o equilíbrio orçamentário, o que implica necessariamente na obtenção de superávit fiscal.
- c) O orçamento público é um documento meramente indicativo e não possui caráter obrigatório, uma vez que sua principal função é apenas orientar a arrecadação de receitas pelo Estado.
- d) O crédito público refere-se exclusivamente ao montante de recursos disponíveis no Tesouro Nacional, não englobando as operações de financiamento realizadas pelo governo junto a entidades nacionais e internacionais.

Questão 21

O princípio da legalidade é um dos pilares do Estado de Direito, determinando que a administração pública só pode agir de acordo com a lei. No contexto do direito financeiro, esse princípio adquire uma importância ainda maior, ao determinar que as despesas públicas devem ser realizadas com base em autorização legal. Considerando o princípio da legalidade e suas implicações no direito financeiro, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da legalidade permite que a administração pública realize despesas extraordinárias sem prévia autorização legal, desde que justifique a urgência da situação.
- b) No direito financeiro, o princípio da legalidade impede a criação ou aumento de tributos sem a correspondente autorização legal, mas permite que despesas sejam realizadas à discricção do gestor público, desde que atendam ao interesse público.
- c) A legalidade administrativa, no âmbito do direito financeiro, exige que tanto a arrecadação de receitas quanto a realização de despesas públicas tenham previsão em lei, garantindo que o orçamento seja elaborado e executado conforme as normas legais.
- d) O princípio da legalidade, no contexto das finanças públicas, aplica-se exclusivamente à elaboração do orçamento público, não tendo impacto sobre a execução das despesas e arrecadação de receitas.

Questão 22

A respeito da competência para legislar sobre direito financeiro e orçamento, considere a seguinte situação hipotética:

A União editou uma norma geral sobre orçamento, posterior a uma lei estadual que regulava a mesma matéria. A nova norma federal trouxe disposições conflitantes com a lei estadual. Diante disso, assinale a alternativa correta, com base no disposto no art. 24, I e II, e no § 4º da Constituição Federal de 1988.

- a) A norma estadual é automaticamente revogada pela edição da norma federal posterior, não podendo mais ser aplicada.
- b) A competência legislativa dos Estados é exclusiva nesse caso, e a norma federal não tem poder de sobrepor a legislação estadual.
- c) A eficácia da norma estadual é suspensa enquanto perdurar o conflito com a norma federal, mas poderá voltar a vigorar se a norma federal for alterada, eliminando o conflito.
- d) A norma estadual prevalece sobre a norma federal, em respeito ao princípio federativo, que garante a autonomia dos Estados na regulação de matérias financeiras e orçamentárias.

Questão 23

O orçamento impositivo, conforme a Constituição Federal de 1988, é aquele em que:

- a) As despesas são vinculadas às receitas e o Poder Executivo pode executar ou não as despesas conforme sua conveniência.
- b) O Poder Executivo é obrigado a executar as despesas previstas, independentemente de alterações na arrecadação ou da disponibilidade financeira.
- c) O Poder Legislativo pode autorizar o Poder Executivo a realizar despesas específicas, sem a obrigação de execução.
- d) As despesas são determinadas de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, mas sua execução é discricionária.

Disciplina: Metodologia da Pesquisa Científica
Prof.: Aldení Lima

Questão 24

A partir da pesquisa, o indivíduo pode examinar o mundo de um modo muito mais objetivo, possibilitando assim, a reflexão e a busca por soluções e alternativas para os problemas que se apresentam.

Nesse contexto, avalie as sentenças a seguir e a relação entre elas.

I- A pesquisa, em qualquer área do conhecimento, é um processo assistemático e desorganizado.

Porque

II- Ela segue etapas que vão desde a elaboração do plano de pesquisa, delimitação do tema, formulação de problemas, construção de hipóteses, estruturação do texto, até a apresentação dos resultados para a comunidade científica.

Acerca dessas afirmativas, assinale a opção correta.

- a) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- b) Asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- c) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- d) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

Questão 25

As pesquisas podem ser classificadas de acordo com vários critérios. É muito importante que o pesquisador, ao fazer o delineamento de sua pesquisa, escolha os métodos que irá utilizar. Sobre os métodos de pesquisa, analise as afirmativas e julgue em V (Verdadeira) e F (Falsa).

I- () De acordo com a natureza, uma pesquisa pode ser classificada como qualitativa, quantitativa ou mista.

II- () Segundo a abordagem, uma pesquisa pode ser classificada em básica e aplicada.

Em uma pesquisa básica, o pesquisador busca um fenômeno e tenta formular uma teoria para resolvê-los.

III- () Cada tipo de pesquisa apresenta suas especificidades e que poderão ser mais ou menos eficazes diante da realidade que o pesquisador pretende desbravar e buscar a solução de problemas.

IV- () A pesquisa também é classificada de acordo com os procedimentos: pesquisa experimental, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa de campo, pesquisa de levantamento, estudo de caso, pesquisa etnográfica, entre outras.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I e II
- b) II e III
- c) III e IV
- d) I e IV